
La moneda en temps d'August. Curs d'Història Monetaria d'Hispania. (13 i 14 de novembre de 1997). Barcelona: Gabinet Numismàtic de Catalunya del Museu Nacional d'Art de Catalunya, 1997. 197 p. ISBN 84-8043-028-1

La moneda en la societat ibèrica. II Curs d'Història monetaria d'Hispania. (26 i 27 de novembre de 1998). Barcelona: Gabinet Numismàtic de Catalunya del Museu Nacional d'Art de Catalunya, 1998. 140 p. ISBN 84-8043-042-7

Depois de uma série de ciclos de conferências organizados numa base anual desde os inícios da corrente década, decidiu o Gabinete Numismático da Catalunha, dirigido pela Dra. Marta Campo, organizar o I Curso de História Monetária de Hispânia que teve por o tema “a moeda no tempo de Augusto”. Esta evento deu origem a um volume de excelente apresentação gráfica, editado pelo Museu Nacional de Arte da Catalunha, entidade de que faz parte o referido Gabinete.

Um ano após a realização do I Curso, realizou-se o segundo, que, dando um salto atrás no tempo relativamente ao tema abordado em 1997, se debruçou sobre a moeda ibérica. Durante o mesmo, a exemplo do que havia sucedido da primeira vez, foi distribuído um livro, igualmente dotado de uma atraente concepção gráfica, que continha as versões finais dos textos que lhe serviram de base. Está, pois, duplamente de parabéns o Gabinete Numismático da Catalunha, na pessoa da sua competente e dinâmica directora, a Dra. Marta Campo.

Detenhamo-nos agora sobre o conteúdo da colectânea de textos que inaugurou a presente série.

O primeiro texto, da autoria de Isabel Rodà, consiste numa análise histórica, talvez excessivamente resumida, da relação que Augusto estabeleceu com as cidades do território peninsular (p. 9-20).

Por seu lado, Pere Pau Ripollès fornece uma descrição das cecas hispânicas que funcionaram com Augusto depois de tecer interessantes considerações sobre alguns aspectos relativos quer aos objectivos pretendidos com a emissão de moeda, quer aos meios necessários à sua produção (p. 21-38).

O estudo da iconografia monetária no tempo de Augusto constitui o curto mas brilhante contributo de Mariví Gomis Justo (p. 39-57), numa clara confirmação da qualidade que tem caracterizado os seus trabalhos sobre numismática hispânica.

O pormenorizado trabalho assinado por Terence R. Volk relativo às cunhagens hispânicas de Augusto em ouro e prata é sem dúvida um dos mais interessantes de todo o volume (p. 59-90), deduzindo-se da sua leitura que se trata do resultado de uma investigação que se prolongou por vários anos.

Segue-se um texto de María del Mar Llorens, consagrado à actividade financeira nos início da época imperial (p. 91-110), assumindo a documentação epigráfica, especialmente a *lex Vrsonensis*, um natural protagonismo na abordagem deste tema.

Marta Campo dedica o seu estudo aos tesouros monetários hispânicos pertencentes ao período em apreço, não deixando de tentar encontrar para os mesmos as explicações possíveis, amiúde procuradas entre os acontecimentos bélicos que marcaram as últimas etapas da conquista romana (p. 111-128).

Numa rara e feliz incursão por uma época afastada da sua principal área de interesse — a numismática romana do Baixo Império —, Teresa Marot redigiu uma excelente síntese sobre a distribuição e os contextos arqueológicos dos achados monetários, construindo a partir destas premissas uma tentativa de explicação da moeda enquanto objecto de uso quotidiano (p. 129-155).

O livro encerra com um precioso inventário de tesouros de moedas de ouro e prata datados entre Augusto e Nero (pré-reforma), pacientemente elaborado Terence Volk (p. 157-197).

Numa apreciação global, diremos que todas as contribuições incluídas neste volume são de uma grande qualidade, apesar de se notarem diferentes níveis de aprofundamento dos temas analisados. Há, pois, que felicitar o Gabinete Numismático da Catalunha pela oportunidade da publicação.

Apesar dos numerosos méritos desta obra, não podemos deixar de registar a seguir algumas afirmações que nos parecem merecedoras de crítica:

- Não é seguro que a transformação de *Corduba* em *Colonia Patricia* tenha ocorrido em 45 a.C. (p. 9), podendo a criação desta colónia ter ocorrido durante o reinado de Augusto (Chaves, 1977, p. 102; Castillo, 1988, p. 236; González, 1989, p. 138; Canto, 1991; Stylow, 1995, p. 119; Canto, 1997).

- Está longe de se encontrar provada a tese de que foi César quem concedeu o estatuto colonial a *Tarraco* (p. 9), não sendo de afastar a possibilidade de ter sido Octaviano/Augusto o autor de tal concessão (Castillo, 1988, p. 235; Prieto, 1992, p. 80; Kruse e Scharf, 1996).

- É provável que, em vez de ser uma fundação augustana (p. 16), *Barcino* tenha sido uma colónia fundada por César ou por Octaviano. Na verdade, se *Narbo* e *Arelate*, colónias cesarianas, receberam de Octaviano o *cognomentum Paterna* a fim de as distinguir das que este mesmo fundou (Keppie, 1983, p. 32; Le Glay, 1985, p. 247; Rivet, 1988, p. 74; Chastagnol, 1995, p. 115), seria natural que, pelo facto de ostentar igualmente aquele *cognomentum*, a colónia de *Barcino* também tivesse sido criada por César. Contudo, a circunstância de os cidadãos de *Barcino* estarem adscritos à tribo *Galeria* deixa entrever a possibilidade de esta colónia ter sido fundada por Octaviano (Castillo, 1988, p. 235, 236).

- O *cognomen* de um dos magistrados de *Saguntum* que assina a emissão RPC I 200 é VETTO, e não VETTVS (p. 22, 31) (Curchin, 1990, p. 220, n.º 849; Faria, 1994a, p. 53, n.º 339).

- Não há documentação numismática que caucione os títulos de *Municipium Liberalitas Iulia Eboracensis* (p. 28), *Colonia Pax Iulia* (p. 28), *Municipium Iulia Constantia Ossetensis* (p. 29), *Colonia Hispalis Romula* (p. 29), *Colonia Iulia Traducta* (p. 29), *Colonia Carteia* (p. 30), *Corduba Colonia Patricia* (p. 30), *Colonia Gemella Acci* (p. 30), *Colonia Iulia Vrbs Triumphalis Tarraco* (p. 31) e *Municipium Segobriga* (p. 33).

- Não compreendemos as dúvidas que pode suscitar a identificação da figura feminina que acompanha a legenda toponímica PAX IVL(ia) nos reversos dos asses batidos nesta cidade, sendo para nós evidente que se trata da personificação da *Pax* (Faria, 1989c, p. 106 e n. 14; Simon, 1994a, p. 207, n.º 11, 1994b, p. 135, Fig. 11), e não da *Felicitas* (p. 28); afigura-se ainda menos plausível a sua identificação com uma divindade local (p. 48).

- Atendendo a que Plínio (*nat.* 3. 19) reconhece a *Saguntum* a categoria de *oppidum ciuium Romanorum*, e sendo quase todos os dados de que se serve o Naturalista anteriores a 12 a.C., torna-se problemático defender para a municipalização desta cidade uma data entre 56 e 4-3 a.C. (p. 31), pelo que é mais plausível uma cronologia entre 40 e 30 a.C. (Marín Díaz, 1988, p. 223).

- A despeito da opinião em contrário manifestada por Ripollès (p. 33), nada obsta a que as oito emissões de asses de *Calagurris* desprovidas de legendas com o nome de Augusto (RPC I 431-438) pertençam a uma data anterior a 27 a.C. Assim, continuamos a acreditar que a atribuição do estatuto de município a esta cidade não terá ocorrido depois de 35 a.C. (Faria, 1989c, p. 108).

- Nada autoriza a que se qualifique *Ercauica* como município de direito latino (p. 33) (Faria, 1995c, p. 94-96).

- Convém referir que os césores Caio e Lúcio, sucessores de Augusto, não surgem representados nas moedas de *Segouia* (RPC I 478) (p. 41); acontece que a única emissão procedente desta

ceca limita-se a reproduzir nos respectivos aversos as letras C e L, que têm sido interpretadas com alguma verosimilhança como as abreviaturas daqueles dois nomes (v. p. 34).

- Se a ceca de *Baesuri* tiver funcionado em época imperial (Faria, 1997a, p. 362), *Iulia Traducta* não terá sido a única ceca hispânica imperial a utilizar a espiga como elemento tipológico nas respectivas cunhagens (p. 51).

- O nome ibérico de *Ilerda* é *Ildirda*, e não *Ilirta* (p. 52).

- Tanto quanto sabemos, não existem moedas batidas na *Colonia Iulia Augusta Emerita* (p. 70), mas apenas na *Colonia Augusta Emerita*.

- A proposta de Rui Centeno no sentido de remeter para uma ceca móvel no Noroeste as cunhagens de prata e de bronze em nome de P. Carísio foi por nós rebatida (Faria, 1989a, p. 91-92) em artigo que Volk (p. 69) parece não conhecer.

- Já Vives (1926, p. CLXXV) questionou a atribuição a *Emerita* das moedas que ostentam as portas da cidade encimadas pela respectiva denominação (p. 69), considerando-as provenientes de ceca anónima.

- Não é certo que *Cale* — ou *Portus Cales* (*sic*) (p. 112) —, cidade localizada junto da foz do Douro, tenha sido conquistada por Perperna durante as Guerras Sertorianas (Machado [c.1968], p. 17-59).

- Não há nenhuma inscrição de Lugo que mencione Q. Fábio Máximo como legado de Júlio César (p. 112) (Rodríguez Colmenero e Carreño Gascón, 1992, p. 409; Abascal, 1995, p. 61 e n. 59).

- A contradição entre os textos clássicos e os testemunhos arqueológicos e numismáticos relativos às Guerras do Noroeste e, designadamente, ao papel nestas desempenhado pelos povos da Galécia (p. 115), já havia sido posta evidência anteriormente (Faria, 1989a, p. 92-93, agora seguido por Marques, 1998 [1999], p. 49-50).

- Nada nos leva a pensar que o conjunto n.º 44 (p. 172) do notável inventário elaborado por Volk tenha alguma vez constituído um tesouro, pelo que é aconselhável eliminá-lo do dito inventário.

- O tesouro n.º 53 (p. 173), composto por dois denários de Tibério do tipo *RIC I*² 26, leva o n.º inv. 17177 do Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos (Lisboa) e foi encontrado no Cabeço das Fráguas, que, de acordo com a respectiva ficha de inventário, se situa na freguesia de Carvalhal Meão, concelho da Guarda. A localização do Cabeço das Fráguas neste concelho, que também é a que fornece Almeida (1945, p. 81), é confirmada pela observação da “Carta Militar de Portugal” (escala 1:25 000, folha n.º 214 - 1970), na qual o referido cabeço ostenta as seguintes coordenadas GAUSS: M 277,275; P 384,500. Algumas publicações situam este castro na freguesia de Pousafoles do Bispo, concelho de Sabugal (Alarcão, 1988, p. 66; *MLH* IV, p. 755). Voltando à análise do tesouro n.º 53, é provável que a ele pertençam os dois denários de Augusto do tipo *RIC I*² 207 que têm os n.ºs inv. 17306-17307 do supracitado Museu e que apresentam como proveniência o “Cerro das Fráguas”, certamente identificável com o Cabeço das Fráguas.

- O lugar onde hoje se situa Casal Couveiro (Reguengo do Fetal) terá pertencido ao *ager Colliponensis*, e não ao inexistente *ager Ollippensis* (p. 173, n.º 56).

- O tesouro de Oiteiro (Cota, Viseu) (p. 174, n.º 62) é conhecido anteriormente a 1974 (Pereira, Bost e Hiernard, 1974, p. 69).

- O tesouro da Capela do Senhor do Bonfim (Anhães, Monção) (p. 179, n.º 90) deve ter entrado no actual Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos antes de, ou durante, 1908, atendendo ao correspondente número de inventário (n.º inv. 16551), inferior ao

que foi atribuído ao tesouro de Guiães (n.º inv. 16728), tendo este último ingressado no dito Museu durante aquele ano (Faria, 1987, p. 197).

• Aos tesouros arrolados por Volk há que acrescentar mais um: trata-se de um tesouro achado numa tapada denominada “Arroteia”, lugar de Concela, freguesia de Santiago de Piães, concelho de Cinfaes, distrito de Viseu, no dia 8 de Março de 1961, aquando da extracção de pedra com vista à repavimentação da Estrada Nacional n.º 222. Segundo os relatos da imprensa (*Jornal de Notícias*. Porto. 61-03-10; *O Comércio do Porto*. Porto. 61-03-10), o tesouro era composto por grande quantidade de moedas de bronze, de vários tamanhos, sendo uma pequena parte de prata. O certo é que foram recuperados somente 18 denários que foram examinados no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para posterior publicação, mas, infelizmente, esta nunca se concretizou. Os denários são os seguintes:

Q. Cassius Longinus. Roma. 55 a.C. RRC 428/2. (1 ex.).

Sex. Pompeius Magnus Pius. Sicília. 42-40 a.C. RRC 511/3a (1 ex.).

Augustus. Nemausus (?). c. 19 a.C. RIC I² 71 (1 ex.).

Augustus. Lugdunum. 2 a.C.-(?)4 d.C. RIC I² 207 (15 ex.).

Todos os dados relativos a este tesouro foram recolhidos no processo 6-K/205, constituído na antiga Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, actualmente arquivado no Instituto Português de Arqueologia.

Analisado o primeiro volume, incidamos agora a nossa atenção sobre as contribuições apresentadas no segundo curso, atinente à moeda ibérica:

Após uma breve apresentação do livro por parte de Marta Campo, o mesmo abre com um trabalho pertencente a Joan Sanmartí, que fornece uma ampla perspectiva histórica da sociedade ibérica no contexto imediatamente anterior à chegada dos Romanos, procedendo igualmente a uma conveniente valorização das mutações que a presença romana introduziu no registo arqueológico ibérico durante os dois derradeiros séculos a.C. (p. 9-26).

As dracmas de imitação de *Emporion* constituem o tema da lição de Marta Campo, não fugindo esta autora à discussão de um problema que é recorrente em quase todas as outras contribuições: a origem e a função das moedas ibéricas (p. 27-47).

M.^a del Mar Llorens apresenta um bem documentado estudo iconográfico intitulado “La imatge monetària dels pobles ibers de la Citerior” (p. 49-65). Contudo, além de redutor, pelo facto de esta investigadora incidir igualmente a sua atenção nas produções celtibéricas, este título deixa entrever a existência de grupos organizados de Iberos na Ulterior durante os séculos II e I a.C., existência que é, no mínimo, discutível em vista dos problemáticos testemunhos linguísticos que hoje conhecemos.

O volume de que nos temos vindo a ocupar prossegue com um estudo assinado por Javier Velaza, que, em nosso entender, fica bastante aquém da qualidade atingida pela generalidade das restantes palestras (p. 67-84). O estudo, que tem por tema a epigrafia monetária paleo-hispânica, encerra com uma bibliografia composta por apenas cinco títulos. Repare-se que, de todos os outros textos, só o de Marta Campo comporta menos de 40 títulos na bibliografia final, apresentando um total de 38 trabalhos citados. Em face de uma tal discrepância e atendendo à ligeireza que caracteriza este decepcionante trabalho — sem dúvida, o mais fraco que lhe conhecemos — é de admitir que Velaza não tenha compreendido os objectivos do curso em que veio a colaborar.

Mariví Gomis Justo oferece uma análise dos aspectos técnicos que envolveram a cunhagem de moeda ibérica, com relevo para os polémicos cálculos relativos ao volume total de moeda cunhada, estendendo igualmente a sua análise aos motivos que levaram à respectiva produção (p. 85-100), assunto que mereceu a atenção de mais três participantes no curso.

Doze anos depois de um tratamento aturado sobre a origem e a função do denário ibérico, Francisco Beltrán Lloris retoma a questão de um modo tão convincente quanto as fontes disponíveis o permitem (p. 101-117).

Este mesmo assunto é objecto do trabalho de Paloma Otero, com que encerra o volume, procedendo esta investigadora a uma interessante e inovadora análise dos contextos arqueológicos dos achados monetários como prova dos vários tipos de utilização a que a moeda ibérica foi sujeita (p. 119-140).

A precariedade que ainda caracteriza boa parte da documentação que serviu de base ao curso facilita a nossa tarefa no sentido de avançar interpretações alternativas às nele aqui foram defendidas. Vejamos, pois, quais as matérias susceptíveis de levantar dúvidas ou de sugerir novas leituras:

- Calcular o volume total de moedas de prata cunhadas na Península entre 195 e 180 a.C. em 1 110 639 unidades (p. 12) parece-nos um exercício completamente arbitrário.

- É provável que, em vez de ser uma fundação augustana (p. 17), *Barcino* tenha sido uma colónia fundada por César ou por Octaviano. Na verdade, se *Narbo* e *Arelate*, colónias cesarianas, receberam de Octaviano o *cognomentum Paterna* a fim de as distinguir das que este mesmo fundou (Keppie, 1983, p. 32; Rivet, 1988, p. 74; Chastagnol, 1995, p. 115), seria natural que, pelo facto de ostentar igualmente aquele *cognomentum*, a colónia de *Barcino* também tivesse sido criada por César. Contudo, a circunstância de os cidadãos de *Barcino* estarem adscritos à tribo *Galeria* deixa entrever a possibilidade de esta colónia ter sido fundada por Octaviano (Castillo, 1988, p. 235, 236).

- **biscargi** = BISCARGI (Faria, 1996, p. 177) é mais uma ceca a acrescentar aos centros emissores de dracmas de imitação de *Emporion* citados por Marta Campo que sobreviveram às campanhas de pacificação romanas subsequentes à 2.^a Guerra Púnica. Outra moeda de prata coetânea destas dracmas ostentando uma legenda toponímica inédita foi recentemente dada a conhecer (CNH 513:31A): trata-se de uma moeda emitida em **Sigara** = SIGARRA (Faria, 1997b, p. 110). No entanto, mesmo que o dito numisma, em vez de um denário (Almagro-Gorbea, 1995, p. 255), seja um divisor de uma dracma (CNH 513:31A; Villaronga, 1998, p. 165), esta última não constituiria uma imitação das dracmas de *Emporion*, pelo que Campo não teria de a mencionar.

- Ainda neste trabalho, nada é dito sobre as dracmas que reproduzem nomes pessoais: **arsabaS** (Faria, 1994a, p. 39, n.º 52; Villaronga, 1998, p. 134, n.º 110), **beleSur** (Villaronga, 1998, p. 130, n.º 413), **niosisceR** (Faria, 1994a, p. 39, n.º 265; Villaronga, 1998, p. 133, n.º 462), **oloSordin** (Faria, 1994a, p. 39, n.º 279; Villaronga, 1998, p. 129-130, n.ºs 382-401), **ordinildir** (Faria, 1996, p. 177; Villaronga, 1998, p. 126, 130, n.ºs 310, 411), **[S]alaitibaS** (Faria, 1995a, p. 328; Villaronga, 1998, p. 130, n.º 403), **tigiRsgine** (Faria, 1994a, p. 39, n.º 367; Villaronga, 1998, p. 127-128, n.ºs 347-351) e **titelicoR** (Villaronga, 1998, p. 130, n.º 407). Inclusive, cabe a possibilidade de outras legendas, interpretadas por Campo (p. 34) como topónimos, tais como **CerdeCunTe** ou **orose**, possam corresponder a antropónimos. No que toca a **etoCisa**, é de aceitar que se trata de um topónimo (p. 34), não obstante as evidentes semelhanças que guarda com o nome pessoal **anCisa** (MLH III H.9.1). Estamos de acordo com Marta Campo quando esta numismata questiona a eventualidade de as dracmas de imitação de *Emporion* terem sido cunhadas pelos povos da Citerior por imposição dos invasores romanos com o propósito de servirem de pagamento quer do *stipendium* quer do *uctigal certum* (p. 38-40). É nossa convicção que, se fosse esse o caso, a cunhagem de dracmas com nomes pessoais ibéricos não seria facilmente explicável (Faria, 1994a, p. 39).

• O texto de Almudena Domínguez Arranz (1997), numerosas vezes citado entre as p. 50 e 60, não consta da bibliografia final (p. 63).

• **bersa** constitui o nome da ceca, hoje presumivelmente em território francês, onde foram cunhadas as moedas que ostentam o nome do magistrado **Curucuruadin** (p. 56). Talvez tenha sido este o topónimo, passível de designar mais do que um lugar, que deu origem ao “étnico” ILLVERSENSIS (Bronze de Ascoli): **bersa** > ***ildubersa** > ***Illuversa** > ***Illuersa** > ILLVERSENSIS (Faria, 1994b, p. 65, 1995b, p. 80-81).

• Estamos convencidos de que **abarilduR**, legenda monetária interpretada como topónimo (p. 57), constitui um nome pessoal (Beltrán, 1964, p. 25; Albertos, 1966, p. 2; Tovar, 1979, p. 479, n. 2; Faria, 1994a, p. 37, n.º 6; v. *infra*).

• No texto de Velaza (p. 67-84), nas transliterações de palavras em semi-silabário ibérico para caracteres latinos, em contraste com o que se verifica em todos os outros estudos reproduzidos no volume em análise, não é estabelecida a distinção entre os diferentes signos de vibrante e de sibilante, atitude incompreensível por parte de quem se dedica ao estudo da língua e da escrita ibéricas.

• **kulskesalir** (MLH I A.6.08) (p. 72) é má leitura por **belseSaliR** (de Hoz, 1995, p. 318).

• **biurtibas** (p. 72) deve ser corrigido para **[bi]urtibeS** (MLH III C.2.4) (Faria, 1995a, p. 328).

• **koRneli**, e não **koRnele** (p. 72), é a transliteração correcta da forma iberizada do *nomen Cornelius* incluída numa inscrição de Ampurias (Faria, 1993, p. 155).

• Tentámos recentemente provar que tanto **tiberi** como **luci**, considerados por Velaza, na esteira de Untermann (1995, p. 310, n. 48), nomes ibéricos (p. 72-73), são antropónimos romanos iberizados, provavelmente correspondentes a indivíduos de origem ibérica (Faria, 1997b, p. 110-111). Também nalgumas emissões de *Castulo* deparamos com magistrados que se identificam apenas por um *praenomen* e pelo patronímico ibérico, ambos abreviados (Faria, 1997b, p. 111).

• Velaza, por entender que **abarilduR** é um topónimo, alega que **ilduR**, o segundo componente da referida legenda monetária, é próprio de nomes de lugar (p. 73). No entanto, este autor omite a ocorrência daquele mesmo elemento em diversos antropónimos: ***bodonilduR**, **ilduRadin**, ***ilduRtibaS**, **ilduRsair**, etc. Por sua vez, **abar** é elemento nominal que integra exclusivamente nomes pessoais: **abarCebiotar**, ***abargere**, **abareScer**, **abarTar**, etc. Além do mais, ao contrário do que se verifica sistematicamente com as legendas toponímicas presentes nas moedas em caracteres ibéricos levantinos, a legenda em apreço, excepto num dos divisores (curiosamente, não se conhecem unidades), nunca se localiza no exergo sob os tipos de reverso (Faria, 1994a, p. 37, n.º 6).

• **situbolai**, **urkailtu**, **neseltuko**, **otatiis**, **iltiraka** e **ilberi** (p. 74) são transliterações incorrectas que devem ser substituídas, respectivamente, por **Sibibolai**, **urCailbi**, **neselducu**, **odaciiS** (MLH I A.100), **ildicira** (MLH I A.98) e **ildurir** (MLH I A.99) (Faria, 1990-1991, p. 74, 1995b, p. 82-86, 1997b, p. 108).

• **SACALISER** (p. 75) pode estar por **Sacal** (Faria, 1994a, p. 53, n.º 327) e **Iscer** (Faria, 1994a, p. 46, n.º 193), nomes que assim identificariam dois magistrados diferentes (Beltrán Lloris, 1978, p. 207, n. 18).

• Ao contrário do que é afirmado (p. 77), não existem moedas bilíngues de **bolScan/Osca**.

• Nas linhas consagradas a ***Beuipo** (p. 77-78), é ignorada toda a bibliografia produzida sobre a mesma ceca desde 1975. Para orientação do Professor Velaza e dos leitores menos informados, deixamos aqui um registo de alguns trabalhos respeitantes à supracitada ceca, que contribuíram para o envelhecimento das páginas escritas por Untermann (MLH I 1, p. 342-344): Correa, 1982; de Hoz, 1989, p. 557, 562; Faria, 1989b, 1992.

• Parecem-nos infundados os resultados dos cálculos relativos quer ao número de exemplares emitidos na Citerior quer ao peso da prata usada naquelas cunhagens apresentados nas p. 92-93, tendo em vista o justificado cepticismo manifestado por Buttrey (1993, 1994, 1997), cujos argumentos deitam por terra quaisquer veleidades no sentido de determinar em termos quantitativos a produção de emissões monetárias da Antiguidade.

• Nota-se em quase todos os textos uma falta de rigor e de uniformização na transliteração das legendas monetárias em escrita ibérica, que, além do mais, são encaradas como se fossem todas topónimos, quando se sabe que muitas delas constituem formas adjectivais, “etnónimos” ou casos oblíquos. Veja-se, a título de exemplo, o excelente texto de Paloma Otero: nele se declara que Langa del Duero tem sido o lugar tradicionalmente identificado como *Sekotias Lakas* (p. 127), sendo certo que o nome da cidade em causa terá sido *Segontia Langa* (p. 127). Também no mesmo trabalho, à ceca de **Saitabi**/*Saetabi* é atribuído o nome de *Saiti* (p. 128), além de a transliteração *ikalkusken* (p. 128) alternar com *ikalesken* (p. 132). Curiosamente, tanto *Sekotias* como *Lakas* começam por maiúsculas na ocasião já mencionada, mas, mais abaixo, na mesma página, já surgem com minúsculas. Todas as outras legendas monetárias em caracteres indígenas são iniciadas por minúscula, excepto os inexplicáveis casos de *Kontrebia Belaiska* e *Kontrebia Karbika* (p. 128). Importa, no entanto, reconhecer que tais imprecisões, por serem de importância acessória, em nada afectam a elevada qualidade do trabalho elaborado pela investigadora em questão.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J. M. (1995) - Programas epigráficos augusteos en Hispania. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 7, 1996, p. 45-82.
- ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal, II: Gazetteer. Fasc. 1: 1. Porto 2. Bragança 3. Viseu*. Warminster: Aris & Phillips.
- ALBERTOS, M.^a de L. (1966) - *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*. Salamanca: Universidad.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1995) - La moneda hispánica con jinete y cabeza varonil: ¿tradición indígena o creación romana?. *Zephyrus*. Salamanca. 48, p. 235-266.
- ALMEIDA, J. de (1945) - *Roteiro dos monumentos militares portugueses, I: Beira (distritos da Guarda, Castelo Branco e Viseu)*. Lisboa: Ed. do Autor.
- BELTRÁN, A. (1964) - Sobre el rótulo *ilduradin* en una estampilla de Azaila (Teruel). *Caesaraugusta*. Zaragoza. 21-22, p. 19-45.
- BELTRÁN LLORIS, F. (1978) - Los magistrados monetales en Hispania. *Numisma*. Madrid. 150-155, p. 169-211.
- BUTTREY, T. V. (1993) - Calculating ancient coin production: facts and fantasies. *The Numismatic Chronicle*. London. 153, p. 335-351.
- BUTTREY, T. V. (1994) - Calculating ancient coin production II: Why it cannot be done. *The Numismatic Chronicle*. London. 154, p. 341-352.
- BUTTREY, S. E.; BUTTREY, T. V. (1997) - Calculating ancient coin production, again. *American Journal of Numismatics*. New York. 2nd series. 9, pp. 113-135.
- CANTO, A. M.^a (1991) - *Colonia Patricia Cordoba*: Nuevas hipótesis sobre su fundación y nombre. *Latomus*. Bruxelles. 50, p. 846-857.
- CANTO, A. M.^a (1997) - Algo más sobre Marcelo, Corduba y las colonias romanas del año 45 a.C. *Gerión*. Madrid. 15, p. 253-281.
- CASTILLO, C. (1988) - La tribu Galeria en Hispania: ciudades y ciudadanos. In GONZÁLEZ, J.; ARCE, J., eds. - *Estudios sobre la Tabula Siarensis: actas de las jornadas celebradas en Sevilla en 1986*. Madrid: C.S.I.C., Centro de Estudios Históricos (Anejos de *Archivo Español de Arqueología*; 9), p. 233-241.
- CHASTAGNOL, A. (1995) - *La Gaule romaine et le droit latin*. Lyon-Paris: De Boccard.
- CHAVES, F. (1977) - *La Córdoba hispano-romana y sus monedas*. Sevilla: Grupo Numismático del Círculo de la Amistad de Córdoba.
- CNH = VILLARONGA, L. (1994) - *Corpus nummum Hispaniae ante Augusti aetatem*. Madrid: José A. Herrero, S. A.
- CORREA, J. A. (1982) - Singularidad del letrero indígena de las monedas de Salacia (A.103). *Numisma*. Madrid. 177-179, p. 69-74.
- CURCHIN, L. A. (1990) - *The local magistrates of Roman Spain*. Toronto: University of Toronto Press (*Phoenix*. Supplementary volume; 28).

- DOMÍNGUEZ ARRANZ, A. (1997) - Las acuñaciones ibéricas y celtibéricas de la *Hispania Citerior*. In ALFARO, C. [et al.] - *Historia monetaria de Hispania antigua*. Madrid: Vico, p. 116-193.
- FARIA, A. M. de (1987) - Dois tesouros monetários da época de Augusto no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5, p. 193-201.
- FARIA, A. M. de (1989a) - Sobre a moeda no Noroeste: alguns comentários ao recente livro do Doutor Rui Centeno. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 90-96.
- FARIA, A. M. de (1989b) - A numária de **Cantnipo*. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 71-99.
- FARIA, A. M. de (1989c) - Sobre a data da fundação de *Pax Iulia*. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 103-109.
- FARIA, A. M. de (1990-1991) - Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 11-12, p. 73-88.
- FARIA, A. M. de (1992) - Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca*. Aljustrel. 1, p. 39-48.
- FARIA, A. M. de (1993) - A propósito do V Colóquio sobre Línguas e Culturas Pré-Romanas da Península Ibérica. *Penélope*. Lisboa. 12, p. 145-161.
- FARIA, A. M. de (1994a) - Nomes de magistrados em moedas hispânicas. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 15, p. 33-60.
- FARIA, A. M. de (1994b) - Subsídios para o estudo da antroponímia ibérica. *Vipasca*. Aljustrel. 3, p. 65-71.
- FARIA, A. M. de (1995a) - Algumas notas de onomástica ibérica. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 16, p. 323-330.
- FARIA, A. M. de (1995b) - Novas achegas para o estudo da onomástica ibérica e turdetana. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 79-88.
- FARIA, A. M. de (1995c) - Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 89-99.
- FARIA, A. M. de (1996) - Nomes de magistrados em moedas hispânicas: correcções e aditamentos. *Conimbriga*. Coimbra. 35, p. 149-187.
- FARIA, A. M. de (1997a) - Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 361-371.
- FARIA, A. M. de (1997b) - Apontamentos sobre onomástica paleo-hispânica. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 105-114.
- GONZÁLEZ, J. (1989) - Vrso: ¿Tribu Sergia o Galeria?. In GONZÁLEZ, J., ed. - *Estudios sobre Urso Colonia Iulia Genetiva*. Sevilla: Alfaro, p. 133-153.
- DE HOZ, J. (1989) - El desarrollo de la escritura y las lenguas de la zona meridional. In AUBET, M.^a E., ed. - *Tartessos: Arqueología protohistórica del Bajo Guadalquivir*. Sabadell: AUSA, p. 523-587.
- DE HOZ, J. (1995) - Notas sobre nuevas y viejas leyendas monetales. In GARCÍA-BELLIDO, M.^a P.; CENTENO, R. M. S., eds., - *La moneda hispánica: Ciudad y territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre 1994)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 317-324.
- KEPPIE, L. (1983) - *Colonisation and veteran settlement in Italy 47-14 B.C.* London: British School at Rome.
- KRUSE, T.; SCHARF, R. (1996) - Tarraco triumphans oder die Caesaren des Florus. *Hermes*. Stuttgart. 124:4, p. 491-498.
- LE GLAY, M. (1985) - Les premiers temps de Carthage romaine: pour une révision des dates. *Bulletin Archéologique du C.T.H.S.* Paris. Nouv. Série. 19 B (Histoire et Archéologie de l'Afrique du Nord. IIe Colloque International, Grenoble, 5-9 avril, 1983), p. 235-248.
- MACHADO, A. de S. [c.1968] - *As origens da cidade do Porto*. 2.^a ed. [S.l.]: Ed. do Autor (Aveiro: TIPAVE — Tipografia de Aveiro, Lda.).
- MARÍN DÍAZ, M.^a A. (1988) - *Emigración, colonización y municipalización en la Hispania republicana*. Granada: Universidad.
- MARQUES, M. G. (1998) [1999] - Ocultação de tesouros durante a conquista do Noroeste da Hispânia pelos Romanos. In *Actas do IV Congresso Nacional de Numismática (23 a 25 de Julho de 1998)*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal, p. 29-56.
- MLH I = UNTERMANN, J. (1975) - *Monumenta linguarum Hispanicarum, I: Die Münzlegenden*, Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert.
- MLH III = UNTERMANN, J. (1990) - *Monumenta linguarum Hispanicarum. Band III: Die iberischen Inschriften aus Spanien*. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert.
- MLH IV = UNTERMANN, J. (1997) - *Monumenta linguarum Hispanicarum. Band IV: Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert.
- PEREIRA, I.; BOST, J.-P.; HIERNARD, J. (1974) - *Fouilles de Conimbriga, 3: Les monnaies*. Paris: De Boccard.
- PRIETO, A. (1992) - Tarraco. *Butlletí Arqueològic*. Tarragona. Època V. 14, p. 71-88.
- RIVET, A. L. F. (1988) - *Gallia Narbonensis: southern France in Roman times*. London: Batsford.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; CARREÑO GASCÓN, M.^a C. (1992) - Sobre Paulo Fábio Máximo y la fundación de Lucus Augusti. Nuevos testimonios. In ACUÑA CASTROVIEJO, F., ed. - *Finis Terrae: Estudios en lebranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidade, p. 389-415.
- RIC I² = SUTHERLAND, C. H. V. - *The Roman imperial coinage I. From 31 BC to AD 69*. London: Spink & Son.
- RPC I = BURNETT, A.; AMANDRY, M.; RIPOLLÈS, P. P. (1992) - *Roman Provincial Coinage, I: From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC-AD 69)*. London: British Museum Press; Paris: Bibliothèque Nationale.
- RRC = CRAWFORD, M. H. - *Roman republican coinage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SIMON, E. (1994a) - Pax. In *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, VII, 1, Zürich-München: Artemis, p. 204-212.

- SIMON, E. (1994b) - Pax. In *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, VII, 2, Zürich-München: Artemis, p. 134-138.
- STYLOW, A. U. (1995) - Apuntes sobre las tribus romanas en Hispania. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 12, p. 105-123.
- TOVAR, A. (1979) - Notas lingüísticas sobre monedas ibéricas. In TOVAR, A. [et al.] - *Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17-19 junio 1976)*. Salamanca: Universidad, p. 473-489.
- UNTERMANN, J. (1995) - La latinización de Hispania a través del documento monetar. In GARCÍA-BELLIDO, M.^a P., CENTENO, R. M. S., eds. - *La moneda hispánica: Ciudad y territorio. Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, noviembre 1994)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 305-316.
- VILLARONGA I GARRIGA, L. (1998) - *Les dracmes ibèriques i llurs divisors*. Barcelona: Societat Catalana d'Estudis Numismàtics (Complements d'Acta Numismàtica; 3).
- VIVES = VIVES, A. (1924-1926) - *La moneda hispánica*. Madrid: Real Academia de la Historia.